

**Clipping Eletrônico de Notícias Anater**  
Quarta-feira, 30 de novembro de 2016**DESTAQUE**

Foi publicado no Diário Oficial da União nesta quarta-feira a proibição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de importação e fabricação da substância antimicrobiana sulfato de colistina, usada na alimentação animal.

[Leia a publicação](#)

**FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS**

Também foi publicado no DOU a Portaria define calendário dos feriados e pontos facultativos em 2017 para administração federal. Publicado no DOU desta quarta-feira, 30/11/16.

[Leia a publicação](#)

**AGRICULTURA FAMILIAR E AFINS**

30/11 – FOLHA DE S. PAULO/SP - [Governo Temer retarda demarcação de 13 áreas indígenas](#)

29/11 – O REGIONAL - [Agricultura demite um a cada oito horas e atinge pior registro do ano](#)

29/11 – NEGÓCIOS DA TERRA/PR - [Emater reúne produtores e técnicos e mostra aplicação de boas práticas agrícolas](#)

29/11 – PORTAL BRASIL/DF - [Defesa investe cerca de R\\$ 13 milhões na compra de produtos da agricultura familiar](#)

29/11 – AGROLINK/SP: [Selo da Agricultura Familiar chega a 1.500 permissionários](#)

29/11 – AGROLINK/SP - [Estados constroem planos de agroecologia inspirados no Planapo](#)

29/11 – AGÊNCIA MINAS/MG - Redes de supermercado se rendem aos produtos da agricultura familiar

**INSTITUCIONAIS**

29/11 – CONAB/DF - MARANHÃO: [Conab fortalece apoio a quebradeiras de coco](#)

29/11 – PORTAL DO AMAZONAS/AM: [Extensão Rural completa 50 anos no Amazonas e comemora resultados de tecnologias incentivadas na agricultura familiar](#)

29/11 – EMBRAPA/DF: [Instituições se unem em busca de alternativas para o semiárido](#)

29/11 – SECOM/BA: [Melhores experiências de Ater foram premiadas durante Bahia Rural Contemporânea](#)

29/11 – PORTAL SEAD: [Estados constroem planos de agroecologia inspirados no Planapo](#)

29/11 – PORTAL SEAD: [Selo da Agricultura Familiar chega a 1.500 permissionários](#)

**MATÉRIAS NA ÍNTEGRA**

30/11 – FOLHA DE S. PAULO/SP - [Governo Temer retarda demarcação de 13 áreas indígenas](#)

Rubens Valente

Em uma decisão incomum, a Casa Civil da Presidência da República mandou devolver à Funai (Fundação Nacional do Índio) 13 processos de demarcação de terras indígenas que aguardavam homologação presidencial.

O Ministério da Justiça também devolveu ao órgão indigenista outros seis processos em fase de identificação, uma etapa anterior à homologação.

Os processos aguardavam assinatura ou do presidente Michel Temer ou do ministro Alexandre Moraes (Justiça). Eles se referem a 1,5 milhão de hectares em 11 Estados reivindicados por índios de 17 diferentes etnias. A maioria foi aberta entre 2004 e 2014. Um caso é datado de 1982.

A Casa Civil diz que a intenção é apurar eventuais "óbices judiciais" em torno das terras.

Para o CNPI (Conselho Nacional de Política Indigenista), vinculado ao Ministério da Justiça, o governo descumpra o rito das demarcações, que não prevê a suspensão de homologações pela existência de disputas judiciais.

O entendimento é reforçado pelo subprocurador geral da República Luciano Mariz Maia, coordenador da 6ª Câmara da PGR (Procuradoria Geral da República), voltada para populações indígenas e comunidades tradicionais.

Segundo Maia, o decreto que regula a demarcação concede um prazo de até 30 dias para o ministério devolver o processo à Funai, mediante "decisão fundamentada".

Maia insere o episódio em um quadro político que inclui a recriação da CPI da Funai, no Congresso, decisões do STF (Supremo Tribunal Federal) contra indígenas e o esvaziamento do órgão, com anúncio recente de reestruturação em termos ainda não divulgados. O cargo de presidente da Funai está vazio desde maio.

Membro do CNPI, Weiber Tapeba afirma que as devoluções são um retrocesso. "Procrastina, dificulta, impede que os procedimentos de demarcação sejam concluídos."

Sônia Guajajara, uma das principais lideranças indígenas no país e que também fazia crítica frequentes ao governo Dilma Rousseff, classificou a devolução dos processo como "violação e descompromisso" do governo com os povos indígenas.

Em nota, a Casa Civil afirma que "não haverá alteração do sistema de demarcação de terras indígenas". Segundo o órgão, os processos foram devolvidos "com a finalidade de se averiguar a existência de decisões judiciais que pudessem obstar a assinatura dos respectivos decretos presidenciais".

"Após verificada a inexistência de óbices judiciais, os processos de homologação retornarão à Presidência da República para as assinaturas dos respectivos atos. Não haverá, portanto, alteração do sistema de demarcação de terras indígenas", afirmou a Casa Civil, na nota.

[Leia no site](#)

## 28/11 – O REGIONAL - [Agricultura demite um a cada oito horas e atinge pior registro do ano](#)

A agricultura demitiu pelo menos um funcionário a cada oito horas em outubro. Foi nesse mês que o setor atingiu o pior registro do ano. Isso porque foram demitidos 90 trabalhadores no período, conforme apontam dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

O resultado do setor foi visto com base nas 17 contratações e 107 demissões. Uma variação negativa em 10%. Foi inclusive a agricultura que puxou o saldo negativo de emprego do mês passado. Na sequência nos saldos negativos está o setor de serviços (-46), a indústria de transformação (-12), a administração pública (-3) e os serviços de indústria de utilidade pública (-2). Apenas dois setores fecharam outubro com saldo positivo. Foi o caso da construção civil com 18 contratações, seguida do comércio que contratou 15.

Até outubro, o setor seguia por seis meses consecutivos com maior número de funcionários contratados do que demitidos. Resultado positivo que começou a ser visto em abril com a contratação de 82 funcionários, seguido de maio com 180, junho com 38, julho com 49, cinco em agosto e quatro em setembro.

Além de outubro, outros três meses fecharam com saldo negativo, foi o que foi visto em janeiro (-4), fevereiro (-22) e março (-10).

Apesar de significativo, o que foi visto em outubro deste ano é ainda menor do que o visto no mesmo período do ano passado. Um aumento de 50%. Já que em outubro de 2015 o saldo da agricultura resultou em 135 demissões.

No acumulado de janeiro a outubro deste ano o saldo ainda é positivo para a agropecuária. Houve a contratação de 230 funcionários. No comparativo com o período de um ano esse número para 78 trabalhadores.

Em outubro, a agricultura foi responsável pela demissão de 12.508 trabalhadores. Esse foi o terceiro pior registro do mês, só perdeu para a construção civil, que sozinha eliminou 33.517 postos de trabalho, seguido do setor de serviços 30.316 empregos formais. O Brasil teve uma perda líquida de mais de 74 mil empregos em outubro. A informação também é do Caged. Apesar de expressivo, o número é menor do que a previsão da Reuters. A pesquisa feita pela agência era de que 89 mil empregos seriam eliminados.

No mesmo período do ano passado foram cortados 169 mil postos de trabalho. Só o comércio registrou saldo positivo de funcionários. No acumulado de janeiro a outubro deste ano, houve o fechamento de 751.816 mil vagas. Em 12 meses, a cifra passou a 1,5 milhão de postos, também em dados ajustados.

[Leia no site](#)

#### **29/11 – NEGÓCIOS DA TERRA/PR - [Emater reúne produtores e técnicos e mostra aplicação de boas práticas agrícolas](#)**

A Emater promove até o final de dezembro, em todo o Paraná, 15 eventos chamados de Giro Técnico. Eles fazem parte das ações programadas pela Campanha Plante seu Futuro, que procura difundir a adoção de boas práticas agrícolas entre produtores de soja e milho no Estado.

Nos encontros, que acontecem com apoio da Embrapa em propriedades consideradas referência, os participantes veem o resultado da adoção de tecnologias de manejo integrado de pragas e doenças, de aplicação correta de agrotóxicos e do uso de inoculantes para fixação biológica de nitrogênio da atmosfera pelas plantas.

Os técnicos da Emater esperam receber cerca de 600 participantes, entre agricultores e técnicos. O trabalho começa nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado. Nesta terça-feira (29), ocorre em Nova Aurora, continua na quarta em Assis Chateaubriand e no dia 1º em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos.

Nas próximas duas semanas será no Noroeste e no Norte do Paraná – em Maringá, em 6 de dezembro; Itambé e Engenheiro Beltrão, no dia 7; Ourizona e Floraí, dia 8; e Marialva e Arapongas, em 9 de dezembro. Continua, em Londrina, dia 13, Sertanópolis (15) e em Santa Mariana, em 16 de dezembro.

**NA PRÁTICA** – As lavouras consideradas unidades de referência, visitadas agora por técnicos e sojicultores, são de produtores colaboradores que aceitaram o desafio dos extensionistas da Emater de apenas usar venenos para o controle de doenças e pragas em caso de necessidade e não de forma preventiva.

De acordo com o engenheiro agrônomo da Emater Nelson Harger, a ferrugem é a principal doença que aparece na cultura da soja. Os sojicultores paranaenses durante a safra, em média, chegam a fazer três aplicações de fungicidas para enfrentar o problema. A maioria, por medo do prejuízo, faz esse tratamento de forma preventiva mesmo sem identificar a presença da doença na lavoura.

“Para orientar os sojicultores, a Emater instalou nas várias regiões produtoras de soja 60 equipamentos chamados coletores de esporos. Eles são monitorados todas as semanas e as suas lâminas de coleta analisadas em pequenos laboratórios”, disse Harger.

Ele explica que o alerta para tratamento das lavouras apenas é feito quando na região de instalação desses coletores é constatada a presença do fungo causador da ferrugem. “Caso contrário, o sojicultor pode ficar tranquilo e evitar o gasto com veneno”, completa.

Harger acrescenta que nas lavouras orientadas pela Emater os produtores de soja ainda não aplicaram nenhum produto para a ferrugem, enquanto que sojicultores não assistidos já fizeram até três aplicações preventivas, muitas vezes usando produtos cuja a eficiência é questionada por órgãos oficiais de pesquisa e fiscalização.

“O uso desnecessário aumenta o custo de produção, induz o desenvolvimento de resistência do fungo ao agrotóxico e eleva a sobrecarga de poluentes sobre o meio ambiente” alerta o engenheiro da Emater.

Segundo Celso Daniel Seratto, também engenheiro agrônomo da Emater, para enfrentar pragas como as lagartas e percevejos, a receita levada pelos técnicos da Emater é simples – o acompanhamento frequente da lavoura para identificar e quantificar a presença de insetos, sejam eles pragas ou predadores dessas pragas. É também nessas visitas semanais que o profissional estima eventuais prejuízos provocados pela praga sobre a plantação.

Ele destaca que o tratamento com agrotóxico somente é recomendado em caso de necessidade e não de forma calendarizada. “Com essa estratégia, na últimas três safras, os sojicultores atendidos chegaram a reduzir em cerca de 50% o número de aplicações com inseticidas. Quando o produtor tem paciência e segue o aconselhamento do extensionista, ele cria condições para que na plantação se estabeleça um equilíbrio biológico”.

Nesta situação, o inseto praga é controlado por outros insetos considerados predadores ou inimigos naturais. “Quando for obrigado a recomendar o tratamento, o profissional faz a opção por produtos biológicos ou de ação seletiva, com menor poder de impacto sobre os recursos naturais”, disse Seratto.

Nesta safra, a Emater, seguindo orientação da Embrapa, está mostrando para os sojicultores, nas unidades de referência, os benefícios da inoculação. Esta tecnologia consiste em adicionar à semente, no momento do plantio, uma bactéria que vai se estabelecer na raiz da planta e viver em simbiose com ela fazendo a fixação biológica do nitrogênio existente na atmosfera.

Seratto destaca que trata-se de uma tecnologia de baixíssimo custo, com valor inferior a R\$ 10 por hectare, que contribui para o aumento da produtividade dando à planta, ainda, maior resistência para enfrentar problemas de estigem, por exemplo, isso porque as raízes da planta têm um desenvolvimento melhor.

A Campanha Plante seu Futuro é uma ação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, através da Emater, Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), CPRA e Adapar, em parceria com Embrapa, prefeituras, cooperativas, universidades e instituições de representação dos agricultores como a Faep/Senar e Fetaep.

[Leia no site](#)

## **29/11 – PORTAL BRASIL/DF - [Defesa investe cerca de R\\$ 13 milhões na compra de produtos da agricultura familiar](#)**

O Ministério da Defesa investirá R\$ 13,3 milhões na compra de 102 tipos de alimentos, entre hortifruti, grãos, lácteos, café, suco, carnes, doces e panificados de 13 cooperativas da agricultura familiar.

A aquisição será a maior – em um único edital – na modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

Os produtos atenderão demanda da administração central do ministério e das unidades do Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira no Distrito Federal.

Com a aquisição do Ministério da Defesa, o governo federal já investiu neste ano R\$ 60 milhões na compra de alimentos produzidos por agricultores familiares. "São produtos da agricultura familiar comprados com recursos das próprias instituições", explica o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDSA, Caio Rocha.

De acordo com ele, a previsão de investimento do MDSA em compras institucionais deve chegar a R\$ 260 milhões em 2017. "Isso vai fortalecer a agricultura familiar. Por outro lado, vai atender em preço e qualidade aqueles que estão demandando".

[Leia no site](#)

## 29/11 – AGROLINK/SP - [Selo da Agricultura Familiar chega a 1.500 permissionários](#)

Camila Costa

Um dos principais instrumentos de valorização e reconhecimento do trabalho dos agricultores familiares, o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf) ultrapassou as metas estipuladas para o ano de 2016. Até agora, já foram emitidos mais de 300 selos, número acima do registrado em todo o ano passado, quando foram emitidas 230 permissões. A marca é maior também que a quantidade emitida em 2012, até então ano de maior tiragem, com 269.

Para fechar com chave de ouro, no próximo dia 6 de dezembro será comemorada a entrega do selo 1.500 – número de permissionários ativos desde 2009, ano de criação do programa –, em evento na sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG), em Belo Horizonte.

"O selo fortalece os produtos no mercado de alimentos, cada dia mais globalizado e a categoria social, com o reconhecimento pela sociedade da sua capacidade de produção de alimentos vinculada a manutenção da natureza, dos costumes alimentares regionais e a absorção de mão de obra no campo. Essa marca de 1,5 mil selos ativos é um número comemorativo, pois com isso já beneficiamos mais 138 mil agricultores diretamente, com, ao todo, 17.495 produtos identificados com o selo no Brasil", explica Rodrigo Puccini Venturin, coordenador Geral de Diversidade Econômica, Apoio a Agroindústria e Apoio à Comercialização (CGDEA), da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead).

Rodrigo lembra que o Brasil foi o primeiro a criar o selo de identificação e, a partir dele, outros países também o adotaram. "Estão tomando o nosso como modelo. Argentina e Chile, por exemplo. Isso começa a se fortalecer em todo o Cone-Sul e mostra a importância da agricultura familiar", pondera a coordenadora.

Podem solicitar a permissão de uso do selo agricultores familiares que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) atualizada. Os que não têm devem comprovar que mais de 50% dos gastos em matéria-prima do produto final são da agricultura familiar, no caso de produtos cuja composição seja de apenas uma ou mais matérias-primas.

A agricultora Claudete Martins Paião, de 64 anos, está dentro das regras. Ela adquiriu a permissão no primeiro ano de funcionamento do programa, em 2009, e está ativa até hoje. Na lista dos produtos tem morango, gengibre, polpa de fruta, geleia de pimenta, todos com o selo da agricultura familiar. "Tudo mudou depois do selo. Tenho muito mais lucro. Tem gente que prioriza comprar de quem tem o selo e isso valoriza muito o nosso trabalho. Fico cheia de orgulho", conta a agricultora. Claudete seguiu os caminhos do pai e hoje tira toda a renda da agricultura familiar.

### **Sobre o Sipaf**

A maior parte dos alimentos que compõem as refeições básicas dos brasileiros é oriunda agricultura familiar. O cafezinho de todo dia, o milho e o feijão são só alguns exemplos. A questão é que pouca gente sabe dessa origem. O Sipaf foi criado justamente para tornar essa participação mais visível para o consumidor. É uma alternativa voluntária e representa um sinal identificador de produtos. Um selo que afirma que aquele produto saiu do campo, devido ao trabalho de agricultores familiares.

No Distrito Federal, por exemplo, há 158 produtos registrados de origem da agricultura familiar: são geleias, biscoitos, frutas, queijos, flores do cerrado, artesanato de bambu, de cerâmica, de palha de milho, porta-joias, iogurte, sorvete, hortaliças, conservas, condimentos, entre outros.

[Leia no site](#)

## 29/11 – AGROLINK/SP - [Estados constroem planos de agroecologia inspirados no Planapo](#)

Adão Paulo Oliveira

As diretrizes, metas e eixos estratégicos definidos pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) têm auxiliado estados brasileiros na construção de um marco legal que oriente as ações para a transição agroecológica e a segurança alimentar em várias unidades da federação. Experiências como a da Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo demonstram convergência e sintonia entre as agendas dos governos estaduais e federal.

Com 1,5 mil famílias produzindo orgânicos numa área superior a 15 mil hectares, o estado do Rio Grande do Sul já dispõe de um Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica que reúne todas as estratégias para o desenvolvimento rural de base ecológica. A consolidação do plano gaúcho requereu um intenso diálogo com a sociedade civil, desde as universidades e instituições de pesquisa, até as comunidades tradicionais.

“O principal impacto que o plano estadual traz é a discussão interna e o compromisso entre as instituições de realizar atividades que possibilitem um processo de qualificação. Além disso, o aumento na área plantada, no número de agricultores beneficiados, no valor de crédito investido, no quantitativo de cursos oferecidos pelas universidades e no número de projetos de pesquisa e extensão”, destacou Dionatan Tavares, diretor de Agricultura Familiar e Agroindústria da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul.

Para Tavares, a interface com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) é fundamental para o sucesso da transição agroecológica no Rio Grande do Sul. “A Sead é uma de nossas parceiras dentro do plano e temos estabelecido algumas ações e metas conjuntas, em que o estado tem instituído um alinhamento com a política nacional”.

Minas Gerais também dispõe de legislação sobre agroecologia e produção orgânica, com leis específicas para povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar, banco de sementes e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Pedro Moreira, Superintendente de Apoio à Produção Sustentável no estado, entende que as leis são reflexos da movimentação e do trabalho da sociedade, cujo grande desafio é construir políticas universalizantes.

“Uma das grandes conquistas que a gente tem é a consolidação de uma rede agroecológica, e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica consegue mostrar isso com o enraizamento dessa rede dentro dos estados. Essa é uma vitória muito grande, porque MG tem uma rede muito extensa de agroecologia institucionalizada em várias prefeituras e no governo do estado”, ressaltou Moreira.

Na Bahia, um anteprojeto de lei deve ser enviado ainda este ano à Assembleia Legislativa e tão logo seja aprovado e regulamentado, permitirá organizar e articular todo um conjunto de ações, programas e projetos que estão em desenvolvimento no estado. Atualmente, cerca de 10 órgãos executam tarefas relacionadas à transição agroecológica de forma autônoma na Bahia.

Segundo José Augusto Tosato, Coordenador Executivo de Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural da Bahia, a política estadual foi construída com muita inspiração no Planapo, sendo que muitas das ações previstas no plano baiano estão presentes no plano nacional.

“Uma vez aprovado, acreditamos que o Plano de Agroecologia e Produção Orgânica da Bahia irá consolidar as políticas de segurança alimentar e nutricional, valorizar os povos e comunidades tradicionais, elevar a

produção de base agroecológica e a produção orgânica, além garantir as compras institucionais desses alimentos”, comentou Tosato.

No Distrito Federal, o Projeto de Lei 125/2015 que institui a Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica tramita na Câmara Legislativa e já foi aprovado por uma das comissões. A intenção da Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural é oferecer um plano com metas e ações claras que contemplem todos os atores desse processo, como agricultores, pesquisadores, gestores, servidores, estudantes e a sociedade, de modo geral.

A gerente de Agricultura Orgânica e Agropecuária, Juliana Viana, acredita que o plano vai alavancar a transição agroecológica e a produção orgânica no Distrito Federal, onde a demanda por orgânicos cresceu 35% nos últimos anos. “Temos uma característica muito forte de proximidade da zona rural com a urbana, por isso a necessidade de investimento no setor como forma de conter a expansão urbana, mantendo esses produtores com qualidade de vida, gerando alimentos saudáveis e podendo permanecer no campo”, explicou Viana.

[Leia no site](#)

#### **29/11 – CONAB/DF - MARANHÃO: [Conab fortalece apoio a quebradeiras de coco](#)**

Técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento estarão em Pedreiras/MA, nesta quarta-feira (30), para reunião com 30 lideranças de quebradeiras de coco da região. O encontro, realizado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), debaterá desafios para a implantação da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).

O objetivo do evento é ampliar o acesso à PGPM-Bio e esclarecer os modelos operacionais da política de apoio à comercialização de produtos extrativos. O Maranhão é o estado com maior participação na PGPM-Bio. Em 2016, foi responsável por 70,6% do total do país, com 3.211 acessos.

Foram subvencionadas 1,76 toneladas de babaçu, com aporte de R\$ 2,18 milhões. A PGPM-Bio oferece subvenção direta ao extrativista, pagando um bônus após ele comprovar a venda de seu produto por um preço inferior ao mínimo fixado pelo governo federal. A política contempla 15 produtos: açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha extrativa, cacau extrativo, castanha-do-brasil, carnaúba, juçara, macaúba, mangaba, pequi, piaçava, pinhão e umbu.

A Política de Garantia de Preço Mínimo para Produtos da Sociobiodiversidade assegura renda às populações que possuem formas próprias de organização social e ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, aplicando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Simultaneamente, a PGPM-Bio fomenta a proteção ao meio ambiente.

[Leia no site](#)

#### **29/11 – PORTAL DO AMAZONAS/AM - [Extensão Rural completa 50 anos no Amazonas e comemora resultados de tecnologias incentivadas na agricultura familiar](#)**

A Extensão Rural, responsável em levar assistência técnica, tecnologias e políticas públicas para famílias rurais que trabalham com as atividades agropecuárias, completa 50 anos no Amazonas. Na próxima sexta-feira, 2 de dezembro, o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), que em 2016, atendeu 51,3 mil beneficiários (agricultores familiares, produtores rurais, pescadores, aquicultores, indígenas, extrativistas, assentados, jovens e mulheres rurais) em todo o Estado, receberá homenagem em Sessão Especial na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM) a partir das 11h, no Plenário Ruy Araújo (avenida Mário Ipiranga Monteiro, nº 3.950, Parque Dez, zona centro-sul).

O serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), atualmente executado pelo Idam, já conseguiu levar às famílias rurais de comunidades distantes do Amazonas tecnologias como a irrigação, que, em 2015, já alcançou cerca de 264 hectares de área irrigada. Essa prática proporciona a produção de culturas como a banana em todos os períodos do ano, principalmente durante o verão. Em 2016, o Idam

elaborou 43 projetos de irrigação com uma área total de 44 hectares, beneficiando agricultores familiares da região metropolitana de Manaus.

Além disso, a tecnologia da mecanização agrícola tem proporcionado o aumento da produtividade e melhores condições de trabalho às famílias do campo. Conforme dados levantados pelo Idam em 2016, a estimativa é que hoje o Amazonas conta com 66,3 mil hectares de áreas mecanizadas, onde estão sendo cultivadas frutíferas, culturas industriais, hortaliças, grãos e pastagens. E no cultivo protegido (plasticultura) a cultura do pimentão liderou o ranking com uma área de plantio estimada em 148 hectares.

De acordo com o diretor-presidente do Idam, Edimar Vizolli, o trabalho realizado pelos extensionistas em todos os municípios do Amazonas, reflete na qualidade dos alimentos produzidos pela agricultura familiar.

“Nossa missão é levar informações, habilidades e técnicas que facilitem o trabalho diário no campo. E nesses 50 anos de Extensão Rural, com apoio das Instituições parceiras temos consciência que ainda há muito a ser feito pelo setor primário amazonense, mas é possível apontar as tecnologias que vem dando certo no interior do Estado e melhorando a qualidade de vida das famílias rurais”, disse Vizolli.

Reconhecimento – Representando os profissionais que se dedicam a Extensão Rural no Amazonas, 11 extensionistas receberão certificados de honra ao mérito da Assembleia Legislativa, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido no setor primário.

Para o engenheiro agrônomo e extensionista rural do Idam em Rio Preto da Eva há 9 anos, José Maria Frade Júnior, o serviço público de Ater é a única alternativa que o produtor rural do Amazonas tem para crescer usando mecanismos ofertados, e a presença do Idam no campo é uma forma de aproximar as políticas públicas dos agricultores familiares.

“A Extensão Rural faz a diferença na vida das pessoas. Conheço produtores não só de Rio Preto da Eva, mas de outros locais do Estado que tiveram acesso aos benefícios disponíveis para o setor primário, e hoje conseguiram mudar de vida e vivem exclusivamente da produção”, disse Frade, ao ressaltar que trabalha na Extensão Rural há 33 anos, e também se tornou produtor de laranja e açaí, colocando em prática as técnicas compartilhadas diariamente com agricultores familiares.

O Idam em Rio Preto da Eva atualmente assiste 1200 agricultores familiares e atende anualmente 2 mil famílias rurais. O município é um dos principais produtores de laranja do Estado com 115 milhões de frutos/ano.

No Amazonas, o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) iniciou oficialmente no dia 2 de dezembro de 1966, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar). Logo após em 1977, o Governo do Estado criava a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas (Emater), que com 43 escritórios locais, conseguia atender praticamente todos os municípios do Estado.

Em 1993, a empresa foi transformada em Instituto de Desenvolvimento Rural do Amazonas, pelo Decreto nº.15.817, de 24 de janeiro de 1994, porém ainda foi mantido o nome de Emater. Em 18 de março de 1996, o governo do Estado, através da Lei Estadual Nº.2.384, criou o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (Idam), vinculado à Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror). No ano de 2007, absorveu parte das atividades da Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas (Afloram) e o nome sofreu alteração passando a ser Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas, até os dias atuais.

[Leia no site](#)

## **29/11 – EMBRAPA/DF - [Instituições se unem em busca de alternativas para o semiárido](#)**

Teve início na manhã desta terça-feira (29) a "Oficina temática para demandas e inovações tecnológicas". O evento é uma iniciativa da Aliança para Inovação Agropecuária na região Meio-Norte, que



teve início em maio de 2016, buscando a formação de parcerias para elaboração de projetos voltados para o desenvolvimento da agropecuária na região.

Participam do evento, no Centro de Treinamento Diocesano, em Picos, Piauí, representantes de 20 municípios do semiárido do Piauí, dois da Bahia e um de Pernambuco. São agricultores, professores universitários, técnicos e demais profissionais com atuação na região semiárida.

O chefe-geral da Embrapa Meio-Norte, Luiz Fernando Leite, ressaltou a importância do evento para o fortalecimento das ações de pesquisa em agropecuária na região semiárida. "Para podermos contribuir com a melhoria da produção e das condições do homem do campo, é necessário que todos os atores estejam unidos, buscando soluções e é isso que estamos fazendo aqui", acrescenta.

A oficina tem o objetivo de identificar novas demandas de pesquisa e gargalos na transferência de tecnologias na região semiárida. Durante o evento, pretende-se obter novas demandas de pesquisa agropecuária para a região; discutir transferência e adoção de tecnologias e otimizar a integração entre as diversas instituições que atuam na região semiárida do Piauí.

A programação da oficina teve início com o painel "Problemas e gargalos do semiárido", em que representantes da Universidade Estadual do Piauí, Cáritas, Celta e de agricultores discutiram os diversos problemas da região.

Para Carlos Humberto Campos, representante da Cáritas, são necessárias ações realmente voltadas para o semiárido, com o desenvolvimento de estratégias que viabilizem a permanência do homem no campo. "Temos que inventar tecnologias com os produtores, reescrevendo a história e mostrando a riqueza do semiárido", comenta.

Em seguida, serão apresentadas experiências exitosas no Semiárido. Na tarde do dia 29, serão realizados mais dois painéis, um sobre "Desenvolvimento rural do Semiárido" e o outro com o tema "Educação contextualizada no Semiárido". O último dia será destinado à aplicação de metodologia para prospecção e produção de documento com os resultados da oficina.

A oficina é resultado da parceria entre Embrapa Meio-Norte, Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD / MDA e Instituto Federal do Piauí. Conta ainda com o patrocínio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (Fapepi) e apoio de instituições públicas e privadas voltadas para a agropecuária no semiárido do Piauí. É também uma ação do Projeto Transversal Galinha Caipira /PBSM, que aborda a prospecção de demandas relacionadas à criação de galinhas para a segurança alimentar, nutricional e melhoria de renda.

[Leia no site](#)

#### **29/11 – SECOM/BA - [Melhores experiências de Ater foram premiadas durante Bahia Rural Contemporânea](#)**

As melhores experiências de Boas Práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do estado da Bahia foram premiadas, durante o Bahia Rural Contemporânea, evento realizado simultaneamente com a 29ª Feira Internacional da Agropecuária (Fenagro), até o próximo dia 4, no Parque de Exposições Agropecuárias de Salvador. Foram premiadas 10 propostas selecionadas, referentes à 2015 e 2016 em cinco categorias, organizadas em Sistemas Sustentáveis de Produção de Base Agroecológica, Cooperativismo e Associativismo – Organização Rural, Gestão da Ater, Ater para o Desenvolvimento Comunitário, Metodologia de Ater e Nova ATER.

Entre as ações que receberam o prêmio estão a experiência na formação de grupo produtivo para a comercialização de derivados de mandioca do município de Santa Terezinha, do Território Piemonte do Paraguaçu, e a 'Batata da Salvação' sistema econômico de irrigação por capilaridade, do Território do Sisal, Homeopatia para Criação de Galinhas Caipira, do Território Metropolitano de Salvador.

As propostas foram selecionadas pela Comissão Estadual, formada pela Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiaater), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR),

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e movimentos sociais. As experiências apresentam inovação com boa relação custo benefício, adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

Além disso, as práticas adotam os princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia e contribui para a segurança e soberania alimentar e nutricional. O Bahia Rural Contemporânea, realizado pela SDR, abriga em um mesmo espaço, a VII Feira Baiana da Agricultura Familiar, Economia Solidária e Reforma Agrária (VII Febafes), a Feira Tecnológica e o Salão dos Territórios de Identidade da Bahia.

[Leia no site](#)

## **29/11 – PORTAL SEAD - [Estados constroem planos de agroecologia inspirados no Planapo](#)**

Adão Paulo Oliveira

As diretrizes, metas e eixos estratégicos definidos pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) têm auxiliado estados brasileiros na construção de um marco legal que oriente as ações para a transição agroecológica e a segurança alimentar em várias unidades da federação. Experiências como a da Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo demonstram convergência e sintonia entre as agendas dos governos estaduais e federal.

Com 1,5 mil famílias produzindo orgânicos numa área superior a 15 mil hectares, o estado do Rio Grande do Sul já dispõe de um Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica que reúne todas as estratégias para o desenvolvimento rural de base ecológica. A consolidação do plano gaúcho requereu um intenso diálogo com a sociedade civil, desde as universidades e instituições de pesquisa, até as comunidades tradicionais.

“O principal impacto que o plano estadual traz é a discussão interna e o compromisso entre as instituições de realizar atividades que possibilitem um processo de qualificação. Além disso, o aumento na área plantada, no número de agricultores beneficiados, no valor de crédito investido, no quantitativo de cursos oferecidos pelas universidades e no número de projetos de pesquisa e extensão”, destacou Dionatan Tavares, diretor de Agricultura Familiar e Agroindústria da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul.

Para Tavares, a interface com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) é fundamental para o sucesso da transição agroecológica no Rio Grande do Sul. “A Sead é uma de nossas parceiras dentro do plano e temos estabelecido algumas ações e metas conjuntas, em que o estado tem instituído um alinhamento com a política nacional”.

Minas Gerais também dispõe de legislação sobre agroecologia e produção orgânica, com leis específicas para povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar, banco de sementes e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Pedro Moreira, Superintendente de Apoio à Produção Sustentável no estado, entende que as leis são reflexos da movimentação e do trabalho da sociedade, cujo grande desafio é construir políticas universalizantes.

“Uma das grandes conquistas que a gente tem é a consolidação de uma rede agroecológica, e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica consegue mostrar isso com o enraizamento dessa rede dentro dos estados. Essa é uma vitória muito grande, porque MG tem uma rede muito extensa de agroecologia institucionalizada em várias prefeituras e no governo do estado”, ressaltou Moreira.

Na Bahia, um anteprojeto de lei deve ser enviado ainda este ano à Assembleia Legislativa e tão logo seja aprovado e regulamentado, permitirá organizar e articular todo um conjunto de ações, programas e projetos que estão em desenvolvimento no estado. Atualmente, cerca de 10 órgãos executam tarefas relacionadas à transição agroecológica de forma autônoma na Bahia.

Segundo José Augusto Tosato, Coordenador Executivo de Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural da Bahia, a política estadual foi construída com muita inspiração no Planapo, sendo que muitas das ações previstas no plano baiano estão presentes no plano nacional.

“Uma vez aprovado, acreditamos que o Plano de Agroecologia e Produção Orgânica da Bahia irá consolidar as políticas de segurança alimentar e nutricional, valorizar os povos e comunidades tradicionais, elevar a produção de base agroecológica e a produção orgânica, além garantir as compras institucionais desses alimentos”, comentou Tosato.

No Distrito Federal, o Projeto de Lei 125/2015 que institui a Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica tramita na Câmara Legislativa e já foi aprovado por uma das comissões. A intenção da Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural é oferecer um plano com metas e ações claras que contemplem todos os atores desse processo, como agricultores, pesquisadores, gestores, servidores, estudantes e a sociedade, de modo geral.

A gerente de Agricultura Orgânica e Agropecuária, Juliana Viana, acredita que o plano vai alavancar a transição agroecológica e a produção orgânica no Distrito Federal, onde a demanda por orgânicos cresceu 35% nos últimos anos. “Temos uma característica muito forte de proximidade da zona rural com a urbana, por isso a necessidade de investimento no setor como forma de conter a expansão urbana, mantendo esses produtores com qualidade de vida, gerando alimentos saudáveis e podendo permanecer no campo”, explicou Viana.

[Leia no site](#)

## **29/11 – PORTAL SEAD - [Selo da Agricultura Familiar chega a 1.500 permissionários](#)**

Camila Costa

Um dos principais instrumentos de valorização e reconhecimento do trabalho dos agricultores familiares, o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf) ultrapassou as metas estipuladas para o ano de 2016. Até agora, já foram emitidos mais de 300 selos, número acima do registrado em todo o ano passado, quando foram emitidas 230 permissões. A marca é maior também que a quantidade emitida em 2012, até então ano de maior tiragem, com 269.

Para fechar com chave de ouro, no próximo dia 6 de dezembro será comemorada a entrega do selo 1.500 – número de permissionários ativos desde 2009, ano de criação do programa –, em evento na sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG), em Belo Horizonte.

"O selo fortalece os produtos no mercado de alimentos, cada dia mais globalizado e a categoria social, com o reconhecimento pela sociedade da sua capacidade de produção de alimentos vinculada a manutenção da natureza, dos costumes alimentares regionais e a absorção de mão de obra no campo. Essa marca de 1,5 mil selos ativos é um número comemorativo, pois com isso já beneficiamos mais 138 mil agricultores diretamente, com, ao todo, 17.495 produtos identificados com o selo no Brasil", explica Rodrigo Puccini Venturin, coordenador Geral de Diversidade Econômica, Apoio a Agroindústria e Apoio à Comercialização (CGDEA), da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead).

Rodrigo lembra que o Brasil foi o primeiro a criar o selo de identificação e, a partir dele, outros países também o adotaram. "Estão tomando o nosso como modelo. Argentina e Chile, por exemplo. Isso começa a se fortalecer em todo o Cone-Sul e mostra a importância da agricultura familiar", pondera a coordenadora.

Podem solicitar a permissão de uso do selo agricultores familiares que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) atualizada. Os que não têm devem comprovar que mais de 50% dos gastos em matéria-prima do produto final são da agricultura familiar, no caso de produtos cuja composição seja de apenas uma ou mais matérias-primas.

A agricultora Claudete Martins Paião, de 64 anos, está dentro das regras. Ela adquiriu a permissão no primeiro ano de funcionamento do programa, em 2009, e está ativa até hoje. Na lista dos produtos tem morango, gengibre, polpa de fruta, geleia de pimenta, todos com o selo da agricultura familiar. "Tudo mudou depois do selo. Tenho muito mais lucro. Tem gente que prioriza comprar de quem tem o selo e isso valoriza muito o nosso trabalho. Fico cheia de orgulho", conta a agricultora. Claudete seguiu os caminhos do pai e hoje tira toda a renda da agricultura familiar.

Sobre o Sipaf

A maior parte dos alimentos que compõem as refeições básicas dos brasileiros é oriunda agricultura familiar. O cafezinho de todo dia, o milho e o feijão são só alguns exemplos. A questão é que pouca gente sabe dessa origem. O Sipaf foi criado justamente para tornar essa participação mais visível para o consumidor. É uma alternativa voluntária e representa um sinal identificador de produtos. Um selo que afirma que aquele produto saiu do campo, devido ao trabalho de agricultores familiares.

No Distrito Federal, por exemplo, há 158 produtos registrados de origem da agricultura familiar: são geleias, biscoitos, frutas, queijos, flores do cerrado, artesanato de bambu, de cerâmica, de palha de milho, porta-joias, iogurte, sorvete, hortaliças, conservas, condimentos, entre outros.

[Leia no site](#)

#### **29/11 – AGÊNCIA MINAS/MG - [Redes de supermercado se rendem aos produtos da agricultura familiar](#)**

Empreendimentos da agricultura familiar já começaram a colher os frutos da participação na 30ª edição da Superminas Food Show 2016, a maior feira dos setores supermercadista e da panificação da América Latina, realizada em outubro, na capital mineira.

Durante os três dias de evento, 20 pequenos negócios (a maioria de agricultores familiares) puderam participar de rodadas de negociações dentro do projeto Circuito Mineiro de Compras Sociais. O momento foi oportuno para a agricultura familiar ganhar destaque em grandes redes supermercadistas e gerar oportunidade de renda no campo.

No Café Gourmet Clube, localizado no Mercado Central e na loja Empório Palato, no bairro Floresta, em Belo Horizonte, o freguês terá a oportunidade de comprar o produto do empreendimento familiar Café Fruto Fino, do município de Carangola, um dos participantes do Circuito Mineiro de Compras Sociais e que tiveram sucesso nas negociações com o varejo neste ano.

Segundo a agricultora familiar, Julenia da Silva, o café caiu no gosto do público da Superminas, assim como na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos Rio 2016, motivo que chamou a atenção dos varejistas nos três dias do circuito.

“Jamais teríamos condições de bancar nossa participação em uma feira dessas, o apoio do Governo foi fundamental para provar nosso valor. A Superminas também nos fez entender que precisamos ajustar o código de barras dos nossos produtos, para assim expandir cada vez mais nossas vendas e já estamos trabalhando nisso”, diz Julenia.

Para o empreendimento Sabores da Ovelha (foto), de Itapeverica, o Circuito Mineiro de Compras Sociais serviu para alinhar e reforçar a parceria já firmada com o Verdemar Supermercado e Padaria, e abrir novas oportunidades como o supermercado Big Mais, em Governador Valadares, e o Empório do Carmo, em Belo Horizonte.

“Eu enxergo a Superminas com uma importância muito maior, no sentido da negociação ser fruto do aprendizado no evento. Precisamos aprender as linguagens do pequeno e do grande produtor que são completamente diferentes na comercialização”, afirma a agricultora familiar Lara Dias.

Uvas e morangos também ganharão destaque nas festividades de fim de ano. O empreendimento Sítio Vitória Uvas e Morangos, do município de Fortaleza de Minas, fechou negócios com os supermercados SuperLuna e Verdemar e o diferencial serão as embalagens customizadas para o natal.

“Também fechamos parceria com o supermercado ABC de Divinópolis. Participar da Superminas foi uma experiência gratificante, pois a qualidade das frutas melhorará muito porque vou colher o produto no dia e entregar no outro”, comemora o agricultor familiar, Alexandre Camargos.

### **Objetivo alcançado**

Para o superintendente de Acesso à Mercados e Comercialização da Seda, Lucas Scarascia, o Circuito Mineiro de Compras Sociais cumpriu com seu objetivo: demonstrar a qualidade dos produtos produzidos pela agricultura familiar, que carregam também a diversidade e a tradição da produção familiar de Minas Gerais.

“A colocação destes produtos nos mercados varejistas é um sinal de que a população tem tido cada vez mais consciência quando o assunto é alimentação saudável”, afirmou Scarascia.

A iniciativa de aproximar quem produz e os maiores compradores do estado é resultado de uma parceria entre o Governo de Minas Gerais, por meio do Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas (Fopemimpe) – ligado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais (Seedif) -, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), Associação Mineira de Supermercados (Amis) e Sindicato e Associação Mineira da Indústria da Panificação (Amipão). O patrocínio foi da Codemig.

[Leia no site](#)

---

### **Assessoria de Comunicação Social**

Jornalista responsável: Jerúsia Arruda

Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER

Telefone: (61) 2020-0293 | (61) 99241-3607

[imprensa.anater@mda.gov.br](mailto:imprensa.anater@mda.gov.br)